

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LÍGIA MÁRCIA TOLEDO FARIA VICENTE

**A VIGILÂNCIA NUTRICIONAL COMO INDICADOR DE SAÚDE DE ESCOLARES  
DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**



CURITIBA

2019

|

LÍGIA MÁRCIA TOLEDO FARIA VICENTE

**A VIGILÂNCIA NUTRICIONAL COMO INDICADOR DE SAÚDE DE ESCOLARES  
DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**

Trabalho apresentado ao curso de Pós-Graduação  
Lato Sensu de Gestão em Saúde ofertado  
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Rafaela Gessner Lourenço

CURITIBA

2019

## RESUMO

A presente proposta objetiva implementar um projeto de vigilância nutricional dos escolares de um centro de educação infantil do Município de Paranaguá atendidos por uma política pública, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esta proposta será desenvolvida através da realização de oficinas de sensibilização e capacitação de educadores pautadas no Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas com vistas a formar multiplicadores que insiram a educação alimentar no projeto pedagógico. Além disso, vislumbra-se indicar ações de intervenção de Educação Alimentar e Nutricional envolvendo a comunidade escolar visando à prevenção de agravos e/ou distúrbios nutricionais como: baixo peso, sobrepeso/obesidade ou outras doenças que interferem no crescimento e desenvolvimento adequado. A segurança alimentar das crianças possui alto grau de complexidade, pois abarca toda cadeia alimentar e seus processos, e por isso faz-se necessário o envolvimento da comunidade escolar e demais setores da sociedade para garantir a sua efetividade.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional. Segurança Alimentar. Saúde Escolar. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Estado Nutricional.

## **ABSTRACT**

The present proposal aims to implement a nutrition surveillance project for schoolchildren at a kindergarden in the Municipality of Paranaguá, assisted by a public policy, the National School Feeding Program (PNAE). This proposal will be developed through workshops to raise awareness and training of educators based on the Reference Framework on Food and Nutrition Education for Public Policies with a view to forming multipliers that insert food education into the pedagogical project. In addition, it is envisaged to indicate actions of Food and Nutrition Education intervention involving the school community aiming at the prevention of nutritional disorders and / or disorders such as: low weight, overweight / obesity, or other diseases that interfere with proper growth and development. The food security of children has a high degree of complexity, since it encompasses the whole food chain and its processes, and therefore it is necessary to involve the school community and other sectors of society to ensure its effectiveness.

Key words: Food and Nutrition Education. Food Safety. School Health.Nacional School Feeding Program.State Nutritional.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	
OBJETIVOS GERAIS.....	
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	4
<b>2. JUSTIFICATIVA</b> .....	5
<b>3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	7
<b>4. DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA</b> .....	11
DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO .....	11
DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	11
<b>5. PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA</b> 12	
PROPOSTA TÉCNICA.....	12
Plano de implantação .....	12
Recursos .....	13
Resultados esperados.....	13
Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas .....	13
<b>6. CONCLUSÃO</b> .....	14
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	15
<b>ANEXOS</b> .....	17

## 1. INTRODUÇÃO

Trata-se de uma proposta de implementação do projeto de vigilância do estado nutricional dos alunos da rede pública Municipal de Paranaguá no Centro Municipal de Educação Infantil Mário Roque localizado no bairro Porto Seguro, área urbana distante do centro e ocupada por uma população de baixa de renda que atende aproximadamente cerca de 140 crianças de 0 á 5 anos.

### OBJETIVOS

Implementar um projeto de vigilância do estado nutricional dos alunos e ações de intervenção de educação alimentar com os educadores do Centro Municipal de Educação Infantil Mário Roque de Paranaguá durante o ano de 2019.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Sensibilizar os educadores da importância de vigilância do estado nutricional como indicador de saúde dos alunos e do seu papel no processo de formação dos hábitos alimentares na infância.
2. Capacitar os educadores sobre as técnicas de avaliação antropométrica dos alunos (aferição de medidas com peso, altura, perímetro cefálico) bem como registro em gráfico de crescimento/idade e interpretações.
3. Realizar o diagnóstico nutricional (perfil por faixa etária) dos alunos.
4. Propor ações de intervenção de Educação Alimentar e Nutricional pautadas no Marco de Referência Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas.

## 2. JUSTIFICATIIVA

Segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) através da POF (Pesquisa de Orçamento Familiar 2002/2003 cerca de 74 milhões de brasileiros de diferentes grupos etários apresentam excesso de peso - um caso em cada dois adultos e um em cada três crianças brasileiras entre cinco e nove anos).

Sendo possível evidenciar esse cenário nos escolares de Paranaguá principalmente pela grande quantidade de solicitações de cardápios específicos ao setor responsável pela merenda escolar para patologias diversas como: hipertensão, diabetes e outras como alergias e intolerâncias em idade precoce. Constituindo-se a escola como potente ambiente formador protetor e gerador de cidadãos, apresenta-se como importante tema a alimentação nas suas mais variadas dimensões como consumo consciente, sustentabilidade, autonomia e autocuidado, valorização da cultura alimentar local, etc. (BRASIL, 2012).

Considerando a importância das ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem dentro da perspectiva do desenvolvimento de práticas saudáveis de vida e da segurança alimentar e nutricional, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) especifica, no parágrafo único do artigo 3º da Resolução nº26/2013, que “as ações de educação alimentar e nutricional serão de responsabilidade do ente público educacional”, bem como considera a educação alimentar e nutricional, para fins do PNAE (BRASIL, 2013).

Ressalta-se sua devida importância, pois até o momento, o diagnóstico nutricional dos escolares (aferição de peso e altura e cálculo do IMC- índice de massa corporal) que se constitui como premissa do PNAE (Programa Nacional da Alimentar Escolar) nunca foi realizado em decorrência de quadro técnico insuficiente (aproximadamente 17.000 escolares) e ausência de materiais para avaliação antropométrica nas escolas.

A autora desta proposta de projeto técnico atualmente é servidora na Prefeitura de Paranaguá atuando na Secretaria de Educação no setor de alimentação escolar desde o início de 2018.



### 3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O sobrepeso atinge cerca de 74 milhões de brasileiros de diferentes grupos etários, um em cada dois adultos e um em cada três crianças brasileiras entre cinco e nove anos apresenta excesso de peso. As causas são multifatoriais, incluindo mudanças no padrão alimentar e no estilo de vida, como sedentarismo, aumento do consumo de alimentos processados e ultraprocessados (alta quantidade de gordura, sal e açúcar) e a redução do consumo de alimentos in natura (frescos) ou minimamente processados (ABREU-FIALHO, 2018).

A ingestão calórica em excesso pode levar, simultaneamente, à obesidade e a deficiências de micronutrientes. Quando as reservas nutricionais não são atendidas aumenta o risco da subnutrição, que pode resultar no comprometimento do crescimento, desenvolvimento e do aprendizado (SONATI, 2007).

O estado nutricional de um indivíduo retrata o grau no qual suas necessidades fisiológicas de nutrientes estão sendo atendidas. Quando as necessidades diárias do organismo são supridas adequadamente o indivíduo desenvolve um estado de nutrição ótimo. Este estado promove o crescimento e o desenvolvimento, mantém a saúde geral, sustenta as atividades da vida diária e auxilia a proteger o organismo contra doenças. (HAMMOND, 2005, pág. 391).

Apresentamos então o conceito da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como o campo do conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para assegurar o (DHAA) Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. (Ministério do Desenvolvimento Social, 2018).

O Direito Humano à Alimentação Adequada consiste na garantia inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (Política Nacional de Alimentação e Nutrição, 2013).

No entanto, para atender o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), no seu enfrentamento do cenário epidemiológico atual e das desigualdades sociais perversas, torna-se necessário em caráter de urgência a ampliação das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e a adoção de estratégias de diferentes setores que incidam de forma positiva e sobre os determinantes da saúde e nutrição na construção de ambientes saudáveis. (BRASIL, 2012).

Tendo em vista o paradoxo presente na área de alimentação, por um lado o acesso a um grande volume de informações disponíveis nos diversos meios de informação, por outro as complexas etapas do sistema alimentar conduzido por fatores econômicos e comerciais inseridos num contexto desafiador para práticas alimentares saudáveis.

Constituindo-se a escola como potente ambiente formador de gerador de cidadãos, apresenta-se como importante tema a alimentação nas suas mais variadas dimensões como consumo consciente, sustentabilidade, autonomia e autocuidado, valorização da cultura alimentar local, etc.(BRASIL, 2012)

A escola apresenta espaço e tempo privilegiados para promover a saúde, por ser um local onde muitas pessoas passam grande parte do seu tempo, vivem, aprendem e trabalham. Dessa forma, o ambiente de ensino pode articular, de forma dinâmica, todos os atores envolvidos proporcionando condições para o desenvolvimento de atividades que favoreçam o conhecimento e a convivência com atitudes saudáveis (COSTA, RIBEIRO e RIBEIRO, 2001, pág. 225).

Nesse sentido o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentar saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (BRASIL, 2013).

O conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a

aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo. (BRASIL, 2013).

Nesse sentido, podem ser empregadas ações que: dinamizem o currículo das escolas, tendo por eixo temático a alimentação e nutrição; favoreçam os hábitos alimentares regionais e culturais saudáveis; utilizem o alimento como ferramenta pedagógica nas atividades de EAN, entre outras. Além disso, as ações de EAN deverão ser planejadas, executadas, avaliadas e documentadas, considerando a faixa etária, as etapas e as modalidades de ensino. Ressaltando nesse processo que sejam considerados os hábitos alimentares dos alunos, os conhecimentos envolvidos na ação educativa, tanto do profissional como o dos alunos e as reais condições de mudança de hábito a partir da obtenção de conhecimentos técnicos com efeitos duradouros. (BRASIL, 2013).

Para que as estratégias de Educação Alimentar e Nutricional alcancem um potencial transformador devem apresentar estratégias metodológicas ativas, dialógicas que consideram a dimensão cultural e histórica do alimento e do ato de comer, ancorada no princípio da horizontalidade das relações, no respeito e na consideração do saber popular, integrando aquele sobre alimentação. (BRASIL, 2012).

O FNDE também explicita que a coordenação das ações de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das escolas federais, será realizada por nutricionista habilitado, que deverá assumir a responsabilidade técnica do Programa, respeitando as diretrizes previstas na Lei nº 11.947/2009 e em legislações específicas, dentro de suas atribuições.

O consumo adequado e suficiente de nutrientes promove o crescimento e desenvolvimento, atendendo as necessidades diárias do organismo e prevenindo possíveis agravos à saúde. Dessa forma, a avaliação do estado nutricional tem como objetivo identificar os indivíduos em risco nutricional, promover suporte nutricional adequado e monitorar sua evolução.

Nesse contexto, compete ao nutricionista Responsável Técnico – RT pelo Programa e aos demais nutricionistas lotados no setor de alimentação escolar, entre outras atribuições estabelecidas na Resolução CFN- Conselho Federal de Nutrição nº 465/2010: I – realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional dos estudantes.

III – coordenar e realizar, em conjunto com a direção e com a coordenação pedagógica da escola, ações de educação alimentar e nutricional. Uma vez realizada a avaliação e identificado o estado nutricional dos alunos, pode-se direcionar as ações de promoção da saúde, focando a atividade física e os hábitos alimentares saudáveis.

#### 4. DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

##### DESCRIÇÕES GERAL DA ORGANIZAÇÃO

Alunos da rede pública de ensino do Município de Paranaguá, região do litoral do Paraná com aproximadamente 153.666 habitantes, com IDH (Índice de Desenvolvimento humano): 0,782, sua principal atividade é a portuária, que atende cerca de 17.000 alunos, com cerca de 2400 funcionários lotados na secretária de educação, sendo atualmente somente 2 nutricionistas responsáveis pelo setor de alimentação escolar.

##### DIAGNÓSTICOS DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Através da observação e da alta prevalência de solicitações de dietas específicas para hipertensão, diabetes e obesidade para crianças para o setor de alimentação bem como a ausência desses índices no município em outras fontes de dados como a saúde, verificou-se uma lacuna importante para diagnóstico que vem de encontro com a premissa do Programa Nacional de Alimentar, do FNDE e do CRN (Conselho Regional de Nutrição).

Tendo em vista o profissional nutricionista como responsável pela garantia de uma alimentação equilibrada no âmbito escolar e que impacta diretamente na saúde das crianças, torna-se de fundamental importância o conhecimento do perfil nutricional da clientela atendida pelo programa com o objetivo de qualificar a alimentação servida e propor ações de intervenção de educação alimentar nutricional envolvendo a comunidade escolar.

## 5. PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

### PROPOSTAS

Propor ações de intervenção de Educação Alimentar e Nutricional pautadas no Marco de Referência Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas através da realização de 05 oficinas para a comunidade escolar. Os temas dessas oficinas serão definidos a partir das demandas que surgirem das rodas de conversa, em que serão elencados os de maior relevância para a comunidade.

#### Plano de implantação

ATIVIDADE	ESTRATÉGIA/MATERIAIS	PARTICIPANTES	DURAÇÃO
Apresentação, sensibilização e técnicas de avaliação antropométrica (Turma 01)	- Roda de conversa, dinâmica - Balança, fita métrica, gráficos de crescimento, régua, lápis, caneta e papel	Educadores	40 min.
Apresentação, sensibilização e técnicas de avaliação antropométrica (Turma 02)	- Roda de conversa, dinâmica - Balança, fita métrica, gráficos de crescimento, régua, lápis, caneta e papel	Educadores	40 min.
Apresentação do diagnóstico nutricional dos alunos e definição dos temas, atividades e cronograma das próximas oficinas.	- Roda de conversa Data show( gráficos) e indicadores	Educadores e Diretor	30 min
Oficina 1- Tema: a definir	A definir	Educadores, pais	40 min
Oficina 2 - Tema: a definir e Encerramento com devolutiva para a comunidade.	A definir	Educadores, pais	40 min

### Recursos

Os recursos necessários á implantação do projeto (físicos, humanos, financeiros, materiais e instalações) ficariam por conta Secretaria Municipal de Educação e colaboradores.

### Resultados esperados

Os resultados poderão ser constatados através da análise dos dados antropométricos dos escolares antes ao final do ano e também por fichas avaliativas coletadas ao final das oficinas.

### Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas

A implantação depende da autorização da Secretária de Educação, e principalmente do envolvimento dos profissionais e do diretor da unidade escolar para efetividade do projeto. De modo a evitar esse possível entrave pretende-se adaptar e definir o cronograma de atividades juntamente com a unidade escolar. Portanto optando-se a iniciar a implantação com um projeto piloto em uma unidade escolar, avaliando pontos positivos e negativos para ampliação para as demais unidades escolares.

## **6. CONCLUSÃO**

Mesmo com o aumento ao acesso aos alimentos atribuído pelas políticas públicas, o cenário epidemiológico de obesidade e várias doenças persistem, porém a adoção de simples ações como aferição de peso e altura são fundamentais para traçar o perfil nutricional da população infantil e priorizar estratégias para programas de intervenção para promoção e prevenção em saúde dos escolares.

Com a presente proposta de implantação pretende-se traçar o perfil nutricional de escolares atendidos por uma política pública há mais de dez anos (PNAE) visando refletir sobre a sua efetividade na garantia da segurança alimentar das crianças, além de sensibilizar e formar multiplicadores que promovam a educação alimentar e nutricional almejando a saúde e o desenvolvimento integral dos escolares.



## REFERÊNCIAS

ABREU-FIALHO, AP. **Educação Alimentar e Nutricional no Programa Bolsa Família**, Rio de Janeiro. EAD/ENSP, 2015, JAB. Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes. Edições UFC, 2018.

BRASIL. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas**. Brasília – DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional**. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução/ FNDE/CD/nº26 de 17 de Junho de 2013**. Diário Oficial da União, Brasília, 2013. Disponível em: [<>>](http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-legislacao)

COSTA, E. Q.; RIBEIRO, V. M. B.; RIBEIRO, E, C. O. **Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento**. Revista Nutrição. Campinas, v.14, n.3, p. 225- 229, set./dez. 2001.

HAMMOND, K. Avaliação dietética e clínica. **Alimentos, nutrição & dietoterapia**. São Paulo, 2005. p. 391 – 418.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Pesquisa Orçamento Familiar** [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008\\_2009/encaa/defaulttabzip\\_brasil.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/encaa/defaulttabzip_brasil.shtm). Acesso em 18/09/18.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução/ FNDE/CD/nº26 de 17 de Junho de 2013**. . Diário Oficial da União, Brasília, 2013. Disponível em: >>.

BRASIL. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas**. Brasília – DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012.

Abreu-Fialho, AP. **Educação Alimentar e Nutricional no Programa Bolsa Família**, Rio de Janeiro. EAD/ENSP, 2015, JAB. Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes. Edições UFC, 2018.

Secretaria de Educação. **Estado Nutricional: O que é?**.Portal da Educação. <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/nutricao/estado-nutricional-o-que-e/50803>. Acesso em: 29/08/18.

HAMMOND, K. Avaliação dietética e clínica. In: **Alimentos, nutrição & dietoterapia**. São Paulo, 2005. p. 391 – 418.

SONATI, J. G. VILARTA, R. **Estado Nutricional, Alimentação Saudável, atividade física e qualidade de vida**. Campinas, IPES Editorial, 2007. p81.

. COSTA, E. Q.; RIBEIRO, V. M. B.; RIBEIRO, E, C. O. **Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento**. Revista Nutrição. Campinas, v.14, n.3, p. 225- 229, set./dez. 2001.



## ANEXO B - FICHA DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EAN



Escola/ Cmei:	Data:
Série:	
Avaliador:	

Quanto ao desempenho da atividade avalie conforme abaixo:

<b>Crítérios/ Desempenho</b>	<b>Acima do esperado (9,0 -10)</b>	<b>Dentro do esperado (7,0 -8,9)</b>	<b>Pouco abaixo do esperado (4,0 - 6,9)</b>	<b>Muito abaixo do esperado (1,0 a 3,9)</b>
Pesquisa e Tema				
Objetivo				
Originalidade				
Criatividade				
Desempenho				
Organização				
Envolvimento equipe/comunidade				
Quantidade de alunos envolvidos				
Duração				
Possibilidade de replicação				
<b>TOTAL</b>				